



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

Sede por Sustentabilidade no Sertão Cearense: uma Análise do Perímetro Irrigado Morada Nova.

JESSIE COUTINHO DE SOUZA TAVARES

jessiecoutinho@unifor.br

IZABELLE QUEZADO

izabellequezado@gmail.com

ABÍLIO PEIXOTO DIÓGENES

abiliodiogenesjr@gmail.com

FÁBIO FREITAS SCHILLING MARQUESAN

Universidade de Fortaleza

fabioschilling@yahoo.com.br

Sede por Sustentabilidade no Sertão Cearense: uma Análise do Perímetro Irrigado Morada Nova.

Resumo

Embora o fenômeno da seca tenha sido reconhecido como um flagelo permanente já no período colonial, o desenvolvimento de projetos ligados à irrigação no semiárido cearense somente veio à tona a partir dos diagnósticos realizados na região durante a ditadura militar. Nesse período, o combate à seca assumiu o caráter de política pública e redimensionou os investimentos governamentais na direção do desenvolvimento do sertão semiárido. O projeto dos perímetros irrigados foi inserido na região com perspectivas ligadas à sustentabilidade no tocante à melhoria da qualidade de vida da população local através da implementação de uma agricultura modernizada com o intuito de transformar o agricultor sertanejo em um pequeno ou médio empresário. Este artigo, apoiado numa fundamentação teórica relacionada ao falso conceito de desenvolvimento sustentável, à teoria marxista da dependência e ao neocolonialismo, tem como objetivo explorar a prática do projeto do Perímetro Irrigado Morada Nova (CE), supostamente sustentável, que acabou resultando em abandono pelas entidades governamentais responsáveis e violação de direitos humanos dos sertanejos cearenses.

Palavras-Chave: Seca; Desenvolvimento sustentável; Perímetro Irrigado Morada Nova; Políticas Públicas; Violação dos Direitos Humanos.

Thirst for Sustainability in the “Sertão” of Ceará: an Analysis of the irrigated perimeter Morada Nova.

Abstract

Although the drought phenomenon has been seen as a permanent scourge since the colonial period, the development of irrigation projects linked to the Ceará semiarid region only came to light from the diagnoses made in the region during the military dictatorship. During this period, combating drought took public policy character and resized government investments towards the development of semiarid. The project of irrigated areas was inserted in the region with prospects related to sustainability, regarding the improvement of local population's quality of life through the implementation of a modernized. This paper, supported by a theoretical framework related to the false concept of sustainable development, marxist theory of dependence and neocolonialism, aims to explore the practice of project Irrigated Perimeter Morada Nova (CE) supposedly sustainable, which resulted in abandon by the government and violation of human rights.

Keywords: Drought Phenomenon; Sustainable Development; Irrigated Perimeter Morada Nova; Public Policy, Violation of Human Rights.

1 INTRODUÇÃO

Os comprometimentos do Estado voltados para o desenvolvimento do semiárido nordestino no tocante ao combate dos problemas ocasionados pela seca datam da época do império (CARVALHO, 1987). Os relatos históricos portugueses que trazem informações inerentes à migração para o Nordeste por Pero Coelho de Souza, mostram que a ocupação da região semiárida pelos portugueses e as tribos indígenas locais foi prejudicada em virtude das adversidades climáticas que inviabilizavam um maior povoamento da região (ALVES, 1982).

A análise histórica mostra que no período imperial as medidas assistenciais aos sertanejos acometidos pelas estiagens era a alternativa encontrada para a convivência com a seca. A preocupação em formar instituições voltadas para o estudo do clima, recursos hídricos e saneamento foi desenvolvida no período republicano com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, a qual foi posteriormente denominada de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (MAGALHÃES *et al*, 1991).

Nesta mesma época, o governo federal adotou uma série de medidas que incluíam a construção de açudes e barragens no semiárido com o objetivo de acumular água para os períodos de estiagem, a qual ficou conhecida por “fase hidráulica” (ALVES, 2000). Segundo Braga (2003), a fase hidráulica pouco contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população, visto que as áreas beneficiadas pela construção das barragens e açudes eram, em sua maior parte, pertencentes às oligarquias locais.

No período da ditadura militar, a união entre Estado e Banco Mundial foi direcionada para a implementação de políticas públicas e modernização dos projetos de irrigação no nordeste semiárido, com o objetivo de desenvolver a atividade econômica da região e melhorar a qualidade de vida do sertanejo através da criação dos perímetros irrigados, os quais permitiriam o desenvolvimento da região mediante o uso de técnicas agrícolas de última geração (SOUSA, 2010).

Ainda, cabe mencionar que a conotação do desenvolvimento consistiu em uma reorganização do sistema de capital no período Pós-II Guerra, a qual representou o berço do discurso desenvolvimentista que, ao identificar regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, transformou as primeiras em modelos a serem seguidos, cujas premissas deveriam ser inseridas e cultivadas nas segundas. Esta foi a principal das premissas que iriam reger o novo modelo capitalista globalizado (FAÉ, 2009).

É importante lembrar que uma das consequências práticas desse discurso implicou na chamada “Revolução Verde” que consistiu, no cenário local, em um movimento cujo objetivo era romper com o paradigma do combate à seca e substituí-lo pela ideia de uma convivência com a seca, aproximando cada vez mais o semiárido das alternativas ligadas ao desenvolvimento sustentável (CAMPELO, 2013).

Com atuação devidamente amparada pela Lei, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) foi a autarquia responsável pela condução e inserção do projeto nas regiões semiáridas previamente selecionadas. Segundo a legislação pertinente, o DNOCS tinha como objetivo a elaboração de projetos de irrigação capazes de redimensionar os recursos hídricos para as regiões que padeciam com as estiagens e que apresentavam como principal atividade econômica a agropecuária (MP 1934/2000). Mas o que inicialmente representava uma “luz no fim do túnel”, fındou por revelar-se como mais uma proposta falha de combate à seca.

O projeto dos perímetros irrigados, que deveria ter representado a principal atuação governamental direcionada para a promoção do desenvolvimento sustentável na região semiárida na época, apresentava promessas em torno do equilíbrio ecológico da região, que

seria proporcionado pelo redirecionamento de rios e açudes para o sertão semiárido. Não obstante, seria alcançado desenvolvimento econômico da região através da modernização da agricultura e melhoria da qualidade de vida da população local frente às oportunidades que seriam oferecidas nos perímetros.

A criação de alguns perímetros no sertão cearense propiciou resultados inicialmente satisfatórios pois, a priori, foi diagnosticado o desenvolvimento do mercado de frutas para a exportação, alcançado por meio do sucesso das culturas cultivadas nos perímetros.

O “lado obscuro” encontrado nessas ocorrências formou-se com os desequilíbrios em série provocados pelos processos de preparo da região na qual seriam inseridas as construções dos perímetros irrigados (SOUSA, 2010), uma vez que esses processos acabam por desencadear desmatamento e ações de desapropriação, devidamente comprovados com as adversidades relatadas pelos colonos que integraram pesquisas de campo realizadas por autores como Sousa (2010) e Gamboa (2010).

No caso do perímetro irrigado Morada Nova - Ceará, de acordo com estudo prévio, a devastação da vegetação nativa foi o primeiro impacto negativo não amparado na condução do projeto. Não obstante, a quantidade de pessoas que foram desalojadas das suas moradias mediante o pagamento de indenizações ínfimas foi um novo problema (SOUSA, 2010).

Com relação ao povoamento do perímetro, o DNOCS elencou critérios de seleção praticamente inalcançáveis, o que desencadeou em uma ínfima parcela da população local que, efetivamente obteve uma proposta de vínculo empregatício. Finalmente, no tocante ao labor diário nos perímetros, os irrigantes depararam-se com um total descrédito dos seus conhecimentos básicos de manuseio da terra, resultando em um domínio completo por parte da autarquia federal, que não só apresentou técnicas de irrigação que levaram os irrigantes à exaustão (SOUSA, 2010), como também propôs implicitamente um modelo de neocolonialismo no semiárido cearense (BANERJEE, 2003).

O novo modelo de irrigação cuja propaganda governamental induzia ao vislumbre da ascensão do semiárido mostrou-se como mais um projeto amparado pelo discurso do desenvolvimento que, sob a roupagem de uma proposta sustentável, buscou favorecer o conjunto de indivíduos favoravelmente posicionados nas esferas política, econômica e social (FAÉ, 2009).

Assim, em razão do supracitado, este artigo objetiva explorar a prática do projeto do Perímetro Irrigado Morada Nova (CE), com o intuito de contribuir com a teoria de desenvolvimento sustentável, teoria marxista da dependência e neocolonialismo - ainda pouco exploradas no cenário cearense - além de apontar a condição alarmante na qual estão imersos os perímetros irrigados do estado do Ceará.

Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter qualitativo, com técnica de análise de conteúdo dos dados coletados em campo, por meio de entrevistas em profundidade com os colonos do Perímetro Irrigado Morada Nova.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O SEMIÁRIDO CEARENSE

Caracterizada pelo clima semiárido e pelos baixos índices pluviométricos anuais, a Região Nordeste do Brasil teve as árduas consequências socioeconômicas da seca negligenciadas pelo poder político até meados do século XVIII. Para Silva (2007), o problema passou a figurar em relatos históricos depois de firmada a população branca nos sertões, a partir do aumento da densidade demográfica e com a expansão das atividades ligadas à pecuária bovina, principalmente.

Com o início da abordagem “científica” acerca da problemática, a partir da segunda metade do século XIX, análises sociológicas destacaram-se por trazer à tona um viés crítico da realidade do sertão nordestino, ainda marcado pelo domínio colonial e, então, palco da miséria e subordinação da população sertaneja, da concentração de riquezas e do poder político. “A visão crítica da realidade desmistificou as ações de combate à seca que, além de ineficazes, reproduziam as estruturas locais de dominação” (SILVA, 2007, p. 467).

Essa crítica também figurava na arte nordestina da época, que, entre cantigas, poemas e cordéis, desenvolveu alicerces e tornou-se forma de expressão e força social desde o início do século. Ainda de acordo com Silva (2007), essa mobilização social destacou a necessidade de promoção de ações de desenvolvimento por parte do governo federal mediante a forte crise social, econômica e política que marcava a região década de 50.

Durante o período ditatorial, com o abandono das propostas de reformas substanciais na região, ganhou destaque uma concepção da “modernização econômica e tecnológica” como base do desenvolvimento regional. Na década de 1970, as políticas governamentais passaram a dar ênfase à implantação de polos de modernização agrícola e pecuária. A agricultura irrigada, com especialização na fruticultura para exportação, tornou-se a “solução” para os problemas da seca no sertão (SILVA, 2007).

Essas ações, mascaradas por propostas de desenvolvimento sustentável, escondiam – e escondem – o que Abdala e Câmara (2013, p. 4) explicam com base na teoria marxista da dependência, afirmando que “subdesenvolvimento e desenvolvimento não são estágios diferentes de uma linha evolutiva, mas sim partes dicotômicas de um mesmo processo, em que o desenvolvimento só existe em sua relação com o subdesenvolvimento”.

Sob o mesmo esteio teórico, o trabalho de Ramalho e Moreira (2013) é centrado em uma visão crítica da atual superexploração do trabalhador e da perpetuação da sua condição de dependência.

Nesse sentido, é válido apostar na contemporaneidade da teoria marxista da dependência para caracterizar o cenário nordestino de subordinação na prática dos projetos de agricultura irrigada. De acordo com Souza, Souza e Carneiro (2013, p.135), em determinados perímetros irrigados no semiárido nordestino, configuram-se “práticas patriarcais onde o dono da terra desenvolve a agricultura sob o auxílio de empregados”. Ainda, segundo os mesmos autores:

Percebe-se a falta de iniciativa pública, principalmente por parte das competências municipais e órgãos federais e estaduais responsáveis, ao que tange à promoção de uma infraestrutura adequada que contribua para o desenvolvimento local e a inserção propriamente dita, de um padrão de agricultura familiar (SOUZA; SOUZA; CARNEIRO, 2013, p.135).

Ademais, a partir dos principais aspectos do colonialismo elencados por Mudimbe (1988), pode-se identificar características colonialistas remanescentes nos projetos do semiárido, como a dominação de espaço físico, a mudança de hábitos da população nativa e a tentativa de imposição de determinado sistema socioeconômico. Com o apoio de Banerjee (2003), é possível reafirmar que as políticas de desenvolvimento “sustentável” do semiárido cearense permanecem embasadas no pensamento colonial, frente à dominação de minorias e à ausência de poder das populações rurais, que dependem da terra para o sustento.

Neste diapasão havia um forte combate às tentativas hostis de implementar nas regiões rurais os padrões ditos desenvolvidos pelas entidades ligadas à promoção do capitalismo enrustido no campo da economia verde.

Utilizando o ponto de vista de Vizeu, Meneguetti e Seifert (2012) o desenvolvimento sustentável pode ser atualmente pontuado como uma impressão enganosa da união entre capitalismo e preservação ecológica. O conceito proposto no Relatório Bruntland (1987) acerca da utilização consciente dos recursos naturais visando a sua preservação para as gerações futuras foi totalmente repaginado reapresentando-se como um modelo inalcançável da preservação dos recursos naturais.

Neste sentido, Banerjee (2003) manifesta sua opinião com base em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável cujos objetivos são voltados não para interesses ecológicos, mas sim econômicos, transformando o que antes poderia ser considerado como um conjunto de objetivos ecologicamente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis, em uma espécie de marketing positivo para os entes que, porventura, dependam dos recursos naturais disponíveis para se promoverem.

Em decorrência dos dados ofertados pelo campo empírico e da análise de pesquisas outrora realizadas no Perímetro Irrigado Morada Nova, foi possível diagnosticar que o “berço” do projeto consistia nas necessidades básicas da população sertaneja que seriam satisfeitas com a implementação de um projeto de irrigação capaz de melhorar a qualidade de vida da região, bem como a economia, através da formação de pequenos e médios empresários cuja responsabilidade jazia na correta manutenção do perímetro.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é qualitativa, que se caracteriza pela análise de dados não mensuráveis, tais como sentimentos, impressões, percepções e intenções, sendo este, portanto, o método mais adequado à análise proposta (PINHEIRO *et al.*, 2004). Na concepção de Bauer e Gaskell (2002), a pesquisa qualitativa visa a informações mais precisas utilizando como base os métodos descritivo e interpretativo.

A pesquisa de campo foi desenvolvida com os colonos do Perímetro Irrigado Morada Nova, no mês de janeiro de 2015 a partir de entrevistas semiestruturadas, por ser a técnica que melhor atende ao objetivo proposto. Para Gil (1993), esta é uma técnica conduzida por um roteiro com questões de interesse, que o pesquisador explora a medida de seu desenvolvimento. As entrevistas foram realizadas até o momento em que se percebeu ter atingido o ponto de saturação de conteúdo, ou seja, o momento em que as narrativas não mais contribuem com informações adicionais (CHAMON, 2007), totalizando 10 entrevistados.

As entrevistas foram gravadas, com a permissão dos entrevistados, transcritas na íntegra e tratadas por análise de conteúdo. Esse tipo de análise, segundo Bardin (1994), leva em consideração a palavra em seu conteúdo manifesto, possibilitando a inferência sobre esse conteúdo de acordo com um contexto social específico. Para a análise deste trabalho, os sujeitos são identificados pelas iniciais do entrevistado e, em seguida, a respectiva idade. pela ordem de pesquisa e pela idade. Exemplo: (A. A., 45 anos).

4. ANÁLISE DO PERÍMETRO IRRIGADO MORADA NOVA

Localizado nas proximidades da BR-116 entre os municípios de Limoeiro do Norte e Morada Nova, o Perímetro Irrigado que traz consigo a mesma denominação da última cidade foi o pioneiro no que deveria ter sido o mais moderno projeto de irrigação do Ceará. Com a implementação do projeto iniciada em 1969, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) começou sua atuação com as desapropriações em massa realizadas na região:

“O sofrimento começou com o pessoal que foi desapropriado das suas terras. O DNOCS mandou o pessoal desocupar o local e prometeu uma indenização que poderia ser utilizada para adquirir uma porção de terra no perímetro que ia ser construído. O dinheiro recebido não dava pra fazer a compra e ainda por cima quem fosse ficar no perímetro tinha que mostrar uma bateria de exames e ser submetido a uma seleção” (M. S., colono do Perímetro Irrigado Morada Nova).

Dessa forma, pode-se observar, desde o início do projeto, que este, na prática, detinha traços de colonialismo a partir do que discorre Mudimbe (1988) em torno de domínio de terras por entidades colonizadoras.



Figura 1 - Acesso ao Perímetro Irrigado Morada Nova.

Fonte: Autores do artigo

Ainda, de acordo com os dados contidos no sítio da autarquia federal, o perímetro, que recebe água dos açudes Banabuiú e Pedras Brancas, não só deveria abrigar os pequenos agricultores da região e lhes oferecer novas oportunidades no tocante a melhores condições de sobrevivência, como também regularizar a cultura e comercialização dos grãos cultivados no mesmo espaço.

O quadro 1 ilustra de maneira sintética o que é produzido no perímetro irrigado de Morada Nova:

PERÍMETRO	LOCALIZAÇÃO	FONTE HÍDRICA	PRODUÇÃO
MORADA NOVA	Municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte	Açude Público Federal Arrojado Lisboa (Banabuiú) e Açude Público Federal Vinícius Berredo (Pedras Brancas)	Arroz, feijão, banana, acerola, coco, graviola, e capim de corte. Outras atividades: pecuária para produção de leite (bovinos), produção de carne (bovinos, caprinos, ovinos e suínos), e criação de animais para reprodução (bovinos e caprinos).

Quadro 1 - Principais dados sobre o perímetro irrigado Morada Nova.

Fonte: Adaptado de DNOCS (2010).

As culturas a serem desenvolvidas no perímetro variavam entre grãos como arroz e feijão, frutas como banana, graviola, acerola e coco, capim de corte e gado para corte e produção de leite (DNOCS, 2010). No caso do perímetro Morada Nova, as culturas correspondiam às referidas pelo DNOCS no início do projeto, como atesta o seguinte discurso:

“Eu vivo no Perímetro Irrigado Morada Nova desde os meus seis anos de idade. Vim pra cá em 1976, na época em que o projeto realmente começou a funcionar. Quando minha família chegou aqui recebemos um pedaço de terra que, segundo o DNOCS, media quatro hectares. Neste espaço nos cabia constituir moradia fixa e nos dedicarmos às culturas solicitadas pelo DNOCS. Meu pai, meus irmãos e eu ficamos responsáveis pelo cultivo do arroz, que deveria ser colhido e ensacado para ser entregue ao DNOCS a cada seis meses na prestação de contas.” (A. A., 45 anos, colono do Perímetro Irrigado Morada Nova).

Assim como foi diagnosticado por Sousa (2010), a oportunidade de um recomeço oferecida pelo DNOCS veio acompanhada de uma série de procedimentos que permitiram transparecer um controle hierárquico autoritário e exacerbado que perpetuou o campo da violação dos direitos humanos da população que havia conquistado seu espaço no local:

“Após a nossa mudança para o perímetro, meu pai mandou chamar para viver conosco uma irmã que morava com nossa tia em um município próximo. Comunicamos ao DNOCS sobre a sua chegada o qual, desde o período da instalação dos irrigantes colocou duas cancelas em cada um dos acessos do perímetro. Quando minha irmã chegou, foi obrigada a realizar uma bateria de exames apenas para nos visitar enquanto trazia sua mudança para Limoeiro do Norte. Ao ser diagnosticada com Doença de Chagas, sua entrada no perímetro foi completamente proibida, o que nos obrigou a sair da nossa casa com maior frequência para lhe visitar em Limoeiro” (M. S., 35 anos, colono do perímetro irrigado Morada Nova).



Figura 3 - Estrutura Original das Casas do Perímetro Morada Nova.
Fonte: Autores do artigo.

Tal realidade pode ser inserida nas perspectivas de colonialismo de Mudimbe (1988) e Banerjee (2003), considerando tamanha impotência dos moradores do perímetro irrigado mediante a imposição de mudanças de hábitos e de um sistema social e econômico por parte de uma entidade dominante, no caso o DNOCS.

“Se saíssemos três ou quatro vezes no dia, éramos constantemente revistados. Procuravam por baixo da nossa roupa e nas nossas mochilas por sacas de arroz. Era o mesmo arroz que nós cultivávamos e se usássemos pra realizar uma doação pra família ou trocar por mercadoria éramos acusados de roubo e expulsos do perímetro” (Sr. M. S, 35 anos, colono do perímetro irrigado Morada Nova).

Assim, é perceptível que o dia a dia do perímetro Morada Nova diverge dos ideais de projetos de agricultura familiar, conceituados por Silva (2006, p.2) como “forma de produção na qual predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, enfatizam a diversificação e utilizam o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado”.

Ainda, a constante revista à saída do perímetro – além de gerar constrangimento e sofrimento psíquico aos irrigantes – contraria o ideal do projeto de irrigação, que deveria ter a produção voltada também a consumo próprio e desenvolvimento da comunidade local. Esse cenário vai ao encontro do que explanam Ramalho e Moreira (2013), em um patamar mais amplo, criticando a pouca valorização dos mercados internos frente à canalização de mercadorias de produção local ao mercado externo. Para os autores, “esse descolamento das esferas de produção e consumo cria espaços para ampliar o processo de superexploração dos trabalhadores” (RAMALHO; MOREIRA, 2013, p.60-61).

Sob outro viés, em crítica à crença na existência do desenvolvimento sustentável, Vizeu, Meneguetti e Seifert (2012, p. 572) dissecam a importância da teoria crítica como “um empreendimento radical, no sentido filosófico de ir à raiz na compreensão de algo. Seus fundamentos estão baseados em uma construção histórica originária das práxis analíticas da sociedade e das trajetórias”.

Esses autores continuam ainda afirmam que a primeira categoria que fundamenta a teoria crítica é a compreensão das “contradições produzidas nos sistemas de produção capitalista e em todas as instâncias sociais relacionadas à produção das condições de existência dos indivíduos”:

A segunda é questionar as racionalidades dominantes. A instituição de um sistema econômico, que transforma os indivíduos em meio e não em fim em si mesmos, já demonstra como a racionalidade instrumental tornou-se dominante na orientação das relações sociais. O capitalismo, que tem como fim o lucro e acúmulo cada vez maior de capital, instrumentaliza as relações e impõe a racionalidade do ‘cálculo utilitário de consequências’ como a própria engrenagem do sistema de produção da existência dos indivíduos.

(...)

Entender o contexto social-histórico é a terceira categoria de suma importância.

(...)

A quarta é examinar as ideologias. “A ideologia” – aqui entendida como ente imaginário unificado – tornando-se ela mesma um recurso de poder e controle do capital sobre o trabalho, (...)

A quinta é promover a emancipação individual e coletiva, que é o próprio objetivo da teoria crítica. Emancipar é refletir criticamente sobre a realidade em que os sujeitos estão inseridos, não se limitando, portanto, ao simples ato de pensar a realidade, mas de transformá-la por meio da práxis. Emancipar não é renunciar ao esclarecimento, é incorporá-lo e distingui-lo da simples ação de domínio sobre a natureza e requer entender o indivíduo no seu contexto social-histórico, de forma a fazer de todos os agentes senhores de suas ações (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p.572).

Ademais, o regime autoritário ao qual os irrigantes vinham sendo submetidos lhes despertou a necessidade de buscar maior independência no tocante ao controle da sua produtividade e ganhos auferidos. Partindo do reconhecimento desta “sede” por autonomia, o governo federal deu início a uma série de programas de “emancipação” cujo objetivo era garantir aos irrigantes o direito de propriedade sobre sua terra.

Os projetos de emancipação anunciados pelo DNOCS não só incluíam a possibilidade de independência dos irrigantes nos perímetros como também traziam propostas de cunho assistencial que objetivavam a adaptação dos colonos ao novo conjunto de responsabilidades geradas pela potencial emancipação: situação, antecedentes, ações em andamento e regularização fundiária dos Perímetros Irrigados; apoio à produção dos perímetros; mudanças na Lei de Irrigação; proposta de transferência de gestão; proposta de gestão; e contribuição das coordenadorias estaduais do DNOCS; elaboração das propostas e discussões e apresentação das propostas e diretrizes para a transferência de gestão dos perímetros irrigados (DIÁRIO DO NORDESTE, 2003).

Criado em 1986, o primeiro programa governamental que objetivou a emancipação dos perímetros foi o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), que preconizava a celebração de contratos juridicamente válidos cujo objeto indicava a transferência da gestão dos perímetros por parte do Poder Público aos irrigantes (ALBUQUERQUE; MONTE; PAULA, 2010).

Mediante as orientações do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem (PRONID), foi implementado o Programa de Emancipação dos Perímetros Irrigados (PROEMA), “com priorização nas ações educativas e organizacionais dos irrigantes, dando-se ênfase à capacitação técnico-gerencial, objeto central da transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação” (ALBUQUERQUE; MONTE; PAULA, 2010, p. 782).

A sanção da Lei nº 10.204/10 concedeu ao DNOCS o prazo de cinco anos para que a transferência da gestão dos perímetros irrigados fosse totalmente regularizada (BRASIL, LEI 10204/10). Os recursos oferecidos pelo governo, gerenciado na época pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e os ajustes realizados pelo Ministério da Integração Nacional garantiram a chamada “emancipação” dos 38 perímetros de irrigação, dando prioridade àqueles cuja participação empresarial e produtividade fossem de maior relevância (ALBUQUERQUE; MONTE; PAULA, 2010).

Ademais, os descontentamentos referentes à atuação do DNOCS no início do projeto, os quais despertaram nos irrigantes a necessidade de emancipar-se, fizeram da autarquia

federal um ente completamente omissos no tocante ao gerenciamento das culturas e capacitação dos colonos.

Diante desta omissão, uma das cooperativas responsáveis pelo apoio à produção, comercialização e organização do perímetro, a Cooperativa Agropecuária do Perímetro Irrigado do Vale do Banabuiu (CAPIVAB), fornecia ao irrigante todo o material necessário ao cultivo sob a forma de um empréstimo. Esse empréstimo, que não apresentava um valor certo, tampouco qualquer disposição contratual, nunca era liquidado pelo irrigante; segundo o irrigante M. S., mesmo quando a safra era boa e o pagamento favorável, os dirigentes da CAPIVAB sempre alertavam sobre um saldo devedor. Tal situação, à luz da teoria marxista da dependência, caracterizava o cenário nordestino de subordinação na prática dos projetos de agricultura irrigada.

Posteriormente, a CAPIVAB se manifestou junto à população local sobre a criação de um aluguel que fosse capaz de manter os custos básicos do perímetro e adquirir um maquinário para manejo das culturas e aumento da produtividade do perímetro. Embora o aluguel fosse pago pelos irrigantes, as melhoras não foram alcançadas, não houve nenhum novo modelo de organização do perímetro e as máquinas prometidas, embora tivessem sido compradas, jamais foram utilizadas. O que era a sede da CAPIVAB hoje é uma residência abandonada, e, ao seu lado encontra-se o armazém que abriga os tratores, nunca utilizados no perímetro.



Figura 4 - Antiga sede da CAPIVAB.

Fonte: Autores do artigo.



Figura 5 - Armazém com tratores.

Fonte: Autores do artigo.

Atualmente, o perímetro padece com o racionamento de água e com as carências de manutenção que se perpetuaram durante a execução do projeto. Os colonos que hoje habitam o perímetro consomem a água que já foi comprovadamente considerada inadequada para consumo visto seu nível de contaminação com agrotóxicos.

Esta contaminação possivelmente inviabilizou o consumo de água na satisfação das necessidades básicas e estendeu-se por todo o solo do perímetro, impossibilitando o cultivo dos grãos e frutas enunciados no projeto do DNOCS.

As porções de terra que integram o perímetro são destinadas ao cultivo de capim para alimentar os pequenos rebanhos de gado destinados ao corte. É conhecido pela população local que, tanto o gado que consome o capim cultivado no solo, como a população que utiliza a água contaminada dos reservatórios têm sofrido com enfermidades.



Figura 6 - Canal de água do perímetro Morada Nova.

Fonte: Autores do artigo.

Embora os colonos que habitam o perímetro ainda não tenham condições legais de vender os lotes que lhes pertencem, a transferência das porções de terra acontece em forma de contratos verbais; alguns empresários locais que exploram o agronegócio praticam uma espécie de transferência de posse.

O espaço que, a priori, seria destinado a sustento e estabilidade do colono e sua família se transformou em um espaço destinado ao cultivo de grãos para venda, ressaltando que os referidos grãos são cultivados sem qualquer cuidado ou análise do nível de toxinas existentes no solo, na água, bem como nos pesticidas aplicados na plantação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da “fase hidráulica” no início do século XX comprovou os anseios do governo em atuar no combate à seca. O ponto fraco do programa consistiu na execução de projetos de irrigação isolados, desprovidos de estratégia referentes à reserva e distribuição equitativa de água (MONTE, 2005).

Segundo Monte (2005), a problemática inerente à desorganização dos projetos não sofreu resultados satisfatórios com a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e sua promoção à autarquia responsável pela promoção de políticas públicas

que auxiliassem o sertanejo na convivência com a seca. O aspecto negativo mencionado também pôde ser identificado no projeto dos perímetros públicos de irrigação.

O início do projeto do perímetro irrigado Morada Nova já foi marcado por atuações negativas que começaram com uma vasta quantidade de desapropriações. Estas desapropriações foram conduzidas em um curto intervalo de tempo e mediante uma ínfima indenização por parte do DNOCS, sucedidas por critérios de seleção que, segundo os irrigantes do perímetro, eram praticamente inalcançáveis, bem como irrelevantes.

As pesquisas de campo retrataram que no decorrer do programa não havia qualquer preocupação em valorizar a sabedoria do sertanejo; nas seleções era mais importante comprovar a estabilidade matrimonial do irrigante, do que seus conhecimentos inerentes à agricultura.

Analisando o momento da instalação dos irrigantes e do comando do DNOCS, fica clara a promessa da melhoria de vida realizada a custa de uma completa falta de autonomia e violação de direitos humanos dos “beneficiados” que, além de colocar o irrigante na eterna posição de subordinado, o submetia a tratamentos indecorosos todas as vezes em que este almejava exercer seus direitos como cidadão.

As “garantias” que envolviam uma melhor qualidade de vida ao sertanejo vieram acompanhadas de um gerenciamento no perímetro marcado por nuances ditatoriais, as quais eram justificadas como a forma adequada de manter os padrões de organização do local. Posto de outra forma, o irrigante do Perímetro Irrigado Morada Nova foi realocado em um realidade composta por padrões hierárquicos paradoxais, que demonstravam preocupação com seu patrimônio e vida pessoal, e anulavam todo e qualquer interesse nos seus conhecimentos sobre a atividade agropecuária.

A falha nas supervisões do DNOCS foi um dos fatores que desencadeou a improdutividade que hoje permeia as terras do perímetro irrigado Morada Nova; não havia qualquer iniciativa por parte da autarquia governamental no tocante ao controle de pesticidas utilizados nas plantações, inatividade esta que resultou na contaminação dos canais de água do perímetro.

A ausência por parte da entidade governamental no perímetro abriu espaço para a criação de associações de irrigantes como a CAPIVAB que, desprovidas de qualquer estudo prévio e preparo inerente às atividades técnico gerenciais do setor agrícola, descapitalizaram os irrigantes que já viviam em situação precária em troca da aquisição de equipamentos agrícolas de alto valor pecuniário que não foram utilizados.

A análise teórica e documental aliada à pesquisa de campo realizada no perímetro irrigado Morada Nova permite o vislumbre de um projeto governamental que, sob a premissa de uma alternativa sustentável, se mostrou como um leque de desventuras em série que sacrificou toda a população carente envolvida no processo e findou por transformar uma região que deveria ser promissora em um local que novamente carece de intervenções governamentais que sejam mais conscientes e bem elaboradas.

Referências Bibliográficas

ABDALA, P. R. Z.; CAMARA, G. D. O novo desenvolvimentismo como farsa e o novo neoliberalismo como fato: a comprovação das 8 teses do novo neoliberalismo na realidade brasileira. In: I Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. **Anais...** Fortaleza, 2013.

ALBUQUERQUE, J. A. de; MONTE, F. S. de S.; PAULA, L. A. M. de. Avaliação do Programa Transferência da Gestão de Perímetros de Irrigação na Percepção dos Irrigantes do Projeto Morada Nova. **Documentos Técnico-Científicos**, v. 41, n. 04, out-dez 2010.

ALVES, F. de C. A Seca na História do Ceará. In: Simone de Souza (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

ALVES, J. **História das Secas (Séculos XVII a XIX)**. Rio Grande do Norte: Coleção Mossoroense, v. CCXXV, 1982.

BANERJEE, S. B. Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Reinvention of Nature. **Organization Studies**, v. 24, n. 1, pp. 143-180. London: SAGE Publications, 2003.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som: um manual prático**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRAGA, A. M. de F. A. **Tradição Camponesa e Modernização. Experiências e Memória dos Colonos do Perímetro Irrigado de Morada Nova-CE**, 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

CAMPELO, D. A. As políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em clima semiárido: do combate à convivência. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação – RBPG**. Brasília, v.10, n.21, p. 865-888, out. 2013.

CARVALHO, I. M. M. de. **O Nordeste e o Regime Autoritário**. São Paulo: HUCITEC-SUDENE, 1987.

CHAMON, Edna M. **Grupo de Discussão Temático sobre o Uso da Entrevista nos Estudos de Representação Social**. Brasília, 2007.

DIÁRIO DO NORDESTE. **DNOCS debate emancipação dos Perímetros Irrigados**. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/dnocs-debate-emancipacao-dos-perimetros-irrigados-1.511248>. Acesso em: 29/01/15

FAÉ, R. **Os discursos sobre desenvolvimento como recursos político-estratégicos**. 2009. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3a. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MONTE, F. S. S. **O uso e controle das águas no processo de modernização do Estado do Ceará: o caso da Barragem do Castanhão**. 2005. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MUDIMBE, V. Y. **The invention of Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

PINHEIRO, R. M., et al. Pesquisa qualitativa. In: PINHEIRO, R. M., et al. **Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 125-141.

RAMALHO, C. C.; MOREIRA, R. C. Superexploração dos cortadores de cana no agronegócio brasileiro. **Temporalis**, n. 26, p. 55-74, 2013.

SILVA, L. F. D. da. **Avaliação de unidades produtivas da Agricultura Familiar no Perímetro Irrigado de Sumé, PB**. Campina Grande: UFCG, 2006. Disponível em: <<http://www.deag.ufcg.edu.br/copeag/dissertacoes2006/Lindiberg.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 3, 2007.

SOUSA, E. M. De O. O “novo modelo de irrigação” e os colonos de morada nova: Política para qual público? In: TADDEI, R., GAMBOGGI, A. L. (orgs.). **Depois que a Chuva não Veio: Respostas Sociais às Secas no Nordeste na Amazônia e no Sul do Brasil**. Fortaleza: FUNCEME/CIFAS, 2010.

SOUZA, G. F.; SOUZA, R. K.; CARNEIRO, R. N. A agricultura familiar e a pluriatividade no perímetro irrigado de Pau dos Ferros-RN. **Geo Temas**, v 3, n. 1, p. 125-136, 2013.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, v.10, n. 3, p. 569-583, set. 2012.